

PROCESSO CPL Nº 1178/12 TOMADA DE PREÇOS N° 005/12

LICITAÇÃO, DO TIPO "MENOR PREÇO", PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA RUA CHILE.

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSOS

Às quatorze horas do dia vinte e nove de outubro do ano de dois mil e doze, na Rua Pedro de Oliveira Neto nº 98, Jardim Panorama, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações - CPL, composta por Cláudia Ap. Ferreira Soares, Lucimara Miranda Brasil Agustinelli e Marcelo T. Almeida Brasil, sob a presidência da primeira a fim de analisar o recurso interposto pela licitante Alexandre Miguel Construções Ltda, em face das decisões que habilitaram as empresas Fábio Pilão Engenharia e Enipro Engenharia Instalações e Projetos Ltda., alegando que síntese ambas não atenderam o subitem 3.2.1 do edital, e analisar, também, as contrarrazões desta última em face do referido recurso. Após análises e considerações, a CPL resolveu negar provimento ao recurso e manter integralmente a decisão exarada em 04 de outubro p.p., mantendo a habilitação das empresas Enipro e Fábio Pilão Engenharia recorridas, já que a empresa Enipro apresentou protocolo do CRC perante a URBES, conforme 3.2.1 do edital, além do CRC já estava disponível para avaliação da empresa recorrente nos presentes autos no momento das vistas realizadas pela recorrente ao processo e com relação à empresa Fábio Pilão Engenharia, esta apresentou o CRC válido da prefeitura como estava explicito no edital da licitação em epígrafe e em diligência, nos termos do Art. 43, § 3 da Lei de Licitações - Lei 8666/93, junto à Prefeitura a CPL obteve a informação que a referida certidão não é documento exigido para seu cadastro e é somente exigido em suas licitações, sendo que tal peculiaridade era desconhecida por esta CPL, porém qualquer decisão diversa de manter habilitada a empresa Fábio Pilão Engenharia fere os princípios da isonomia e do vinculo ao instrumento convocatório, ainda, que, a referida proponente está devidamente regular na Justica do Trabalho, conforme certidão nº 9839752/2012 emitida pelo site www.tst.jus.br. A CPL ao exarar tal julgamento procurou não atrelá-lo a qualquer tipo de rigorismo excessivo, que é condenável pela jurisprudência predominante do TCE/SP, que ocasionaria indevidamente a redução de participação de proponentes. Diante disso, acredita a CPL que os recurso interposto pela empresa Alexandre Miguel Construções Ltda. não merece provimento e que a contrarrazão oferecida pela Enipro Engenharia Instalações e Projetos Ltda foi acolhida. Sendo assim, com fundamento no artigo 109, § 4º, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, encaminha os autos para análise da autoridade superior. Nada mais.

Sorocaba, 29 de outubro de 2012.

Pela comissão: